

Diário do Legislativo de 25/06/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB) e Deputada Ana Maria Resende (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Agostinho Patrús Filho

Vice-Líderes: Deputados Rômulo Veneroso (PV) e Wander Borges (PSB)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Jayro Lessa

Vice-Líder: Deputada Maria Lúcia Mendonça

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Adalclever Lopes

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputada Elisa Costa

Vice-Líder: Deputado Almir Paraca

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Deputado Carlos Pimenta

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres

Vice-Líderes: Deputado Gil Pereira (PP), Deputado Paulo Cesar (PDT) e Neider Moreira (PPS)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elmiro DEM Presidente
Nascimento

Deputado Ademir BSD Vice-Presidente
Lucas

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Dalmo Ribeiro BSD
Silva

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputada Elisa Costa PT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Weliton PT Presidente
Prado

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente

Magalhães

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Padre PT
João

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Sebastião BSD
Costa

Deputado Durval PT
Ângelo

Deputado Doutor BSD
Rinaldo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente
Abramo

Deputado BSD
Sebastião Costa

Deputado Delvito DEM
Alves

Deputado Neider PP
Moreira

Deputado Hely PV
Tarquínio

Deputado PDT
Sargento Rodrigues

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Gustavo Valadares DEM

Deputado Dimas Fabiano PP

Deputado Délio Malheiros PV

Deputado Sebastião Helvécio PDT

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia Brandão BSD Presidente

Deputado Dimas Fabiano PP Vice-Presidente

Deputado Antônio Genaro BSD

Deputada Maria Lúcia Mendonça DEM

Deputada Rosângela Reis PV

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva BSD

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

Deputada Ana Maria Resende BSD

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Hely Tarquínio PV

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros PV Presidente

Deputado Carlos Pimenta PDT Vice-Presidente

Deputado Célio BSD

Moreira

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado Luiz PMDB Vice-Presidente
Tadeu Leite

Deputado João BSD
Leite

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Weliton Prado PT

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Walter Tosta BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró BSD Presidente
Marra

Deputada Maria DEM Vice-Presidente
Lúcia Mendonça

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Vanderley PP
Jangrossi

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander BSD
Borges

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Almir Paraca PT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputada Elisa PT
Costa

Deputado Agostinho PV
Patrús Filho

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado André Quintão PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Fábio BSD Vice-Presidente
Avelar

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Padre João PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Gustavo DEM
Valadares

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Fábio Avelar BSD

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente
Jangrossi

Deputado Padre PT Vice-Presidente
João

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Lafayette de
Andrada

Deputado PV Vice-Presidente
Agostinho Patrús
Filho

Deputada Gláucia BSD
Brandão

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado PP
Vanderlei
Jangrossi

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BSD

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dimas Fabiano PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Hely PV Vice-Presidente
Tarquínio

Deputado Ruy DEM
Muniz

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Doutor BSD
Rinaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputada Rosângela PV
Reis

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Paulo Cesar PDT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – segundas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT Presidente
Sargento Rodrigues

Deputado Paulo PDT Vice-Presidente
Cesar

Deputado Délio PV
Malheiros

Deputado PMDB
Adalclever Lopes

Deputado DEM
Leonardo Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado

Deputado Jayro Lessa DEM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada PV Presidente
Rosângela Reis

Deputada Elisa PT Vice-Presidente
Costa

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Almir Paraca PT

Deputado Bráulio Braz BSD

Deputado Carlos Mosconi BSD

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente
Valadares

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente
Araújo

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Djalma BSD
Diniz

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Chico Uejo BSD

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Vanderlei Miranda

Deputado Bráulio BSD Vice-Presidente
Braz

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Zezé BSD
Perrella

Deputada Cecília PT
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Almir Paraca PT

OUIDORIA PARLAMENTAR

OUIDOR-GERAL: Deputado Inácio Franco (PV)

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

ATAS

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 3/6/2008

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Valadares, Gil Pereira e Ademir Lucas (substituindo este ao Deputado Djalma Diniz, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ademir Lucas, dispensa a leitura da ata

da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e comunica o recebimento dos seguintes ofícios publicados no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: da Sra. Neusa Coutinho Affonso, Secretária de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.576/2007 (17/5/2008); e dos Srs. Leonardo Duque Barbabala, Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, encaminhando cópia do relatório conclusivo determinando o arquivamento do procedimento investigatório sobre supostas irregularidades na contratação, pelo DER-MG, de serviço de manutenção e operação de balanças em rodovias estaduais (27/5/2008); Antônio Braz Alves Coelho, Presidente da Câmara Municipal de São João Nepomuceno, informando que essa Casa Legislativa encaminhou ofício às Câmaras Municipais da Microrregião da Zona da Mata, no qual aborda a questão dos guinchos de veículos por irregularidades ocorridas no trânsito urbano das cidades mineiras e sugerindo que se apresente projeto de lei objetivando solucionar o problema; e Aluísio Augusto de Queiroz Braga, Chefe de Gabinete do Ministro dos Transportes, prestando informações relativas ao Requerimento nº 735/2007 (30/5/2008). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.051/2008 (Deputado Paulo Guedes) e 2.351/2008 (Deputado Djalma Diniz), em turno único, e 2.095/2008 (Deputado Gustavo Valadares), no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.095/2008 (relator: Deputado Gustavo Valadares). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.182/2008 (relator: Deputado Juninho Araújo), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.443, 2.453, 2.455 e 2.511/2008. Submetidos a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.705/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Gil Pereira solicitando seja formulado ao Governador do Estado voto de congratulações pela implantação do processo de pavimentação dos 49 trechos de rodovias, através do Programa Pro-acesso; e Fábio Avelar solicitando visita à MG-442, no trecho compreendido entre a BR-040 e o Município de Belo Vale, para que seja verificada a trafegabilidade da rodovia. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2008.

Juninho Araújo, Presidente - Maria Lúcia Mendonça - Inácio Franco.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 19/6/2008

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Antônio Júlio e Célio Moreira, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Fábio Avelar e Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Júlio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a audiência pública com a finalidade de debater questões relativas ao Termo de Ajustamento de Conduta firmado pela Copasa, Ministério Público e Municípios do Estado e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Maria Karla Batista, Superintendente de Relações Institucionais da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel -, e do Sr. Joab de Paula Alves, Presidente da Câmara Municipal de Frutal, publicados no "Diário do Legislativo", em 12 e 14/6/2008. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Reinaldo Martins Ferreira, Diretor de Obras de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de Santa Luzia; João Andrade do Nascimento, Chefe do Departamento Operacional da Região Metropolitana da Copasa; Carlos Eduardo Dutra Pires, Promotor da Defesa do Consumidor da Comarca de Santa Luzia; Rosiney Luzia dos Santos Andrade, Presidente da Associação Comunitária do Bairro Casa Blanca, de Santa Luzia, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Fábio Avelar, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2008.

Délio Malheiros, Presidente - Célio Moreira

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 25/6/2008

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.302/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 63.271.686,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Ministério Público do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.316/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 3.000.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça Militar do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.359/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 5.341.772,65 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Contas do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 725/2007, do Deputado Doutor Viana, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.883, de 2/10/92, que declara de preservação permanente, de interesse comum e imune de corte, no Estado, o pequizeiro ("caryocar brasileiro") e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. A Comissão de Meio Ambiente opinou pela rejeição do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Meio Ambiente, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 3.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.397/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dá nova redação ao inciso V do art. 2º da Lei nº 13.449, de 10/1/2000. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Foi apresentado ao Projeto o Substitutivo nº 1.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.420/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Senador Cortes o imóvel que especifica e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.133/2008, do Deputado Adalclever Lopes, que autoriza o Estado a fazer reverter ao Município de Caiana o imóvel que menciona. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.046/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Educação opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Educação, que opina pela aprovação da Emenda nº 3, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, apresentadas em Plenário.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.479/2007, do Deputado Neider Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cláudio os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.028/2008, do Deputado Gustavo Valadares, que altera o art. 2º da Lei nº 14.601, de 23/1/2003, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté imóvel para construção de ginásio poliesportivo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.207/2008, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto. Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.211/2008, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 429/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que disciplina o funcionamento de estabelecimentos comerciais de desmonte de veículos automotores e dá outras providências. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 930/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Belo Horizonte o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.973/2007, do Governador do Estado, que altera as Leis nº 15.462, de 13/1/2005, nº 15.786, de 27/10/2005, e a Lei Delegada nº 175, de 26/1/2007, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.046/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Aiuruoca o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.199/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.386/2007, do Deputado Fahim Sawan, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Conquista o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.395/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Educacional Lucas Machado - Feluma - o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h15min DO DIA 25/6/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 17/2007, do Deputado Eros Biondini.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.253/2008, do Deputado Célio Moreira; 2.278/2008, do Deputado Fahim Sawan; 2.288/2008, do Deputado Inácio Franco; 2.345/2008, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 2.347/2008, do Deputado Doutor Viana.

Requerimentos nºs 2.340, 2.347, 2.373 e 2.378/2008, do Deputado Leonardo Moreira; 2.410/2008, do Deputado Ruy Muniz; 2.417/2008, da Deputada Maria Lúcia Mendonça; 2.429/2008, do Deputado Domingos Sávio; 2.433/2008, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 2.537/2008, do Deputado Jayro Lessa; 2.562/2008, da Deputada Ana Maria Resende; 2.568, 2.569, 2.576 e 2.577/2008, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 25/6/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 532/2007, do Deputado Carlin Moura; 1.716/2007, da Deputada Gláucia Brandão.

Finalidade: debater, com convidados, a situação atual dos profissionais da educação básica no Estado de Minas Gerais, em especial dos Diretores de escolas estaduais.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 25/6/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.383/2008, do Deputado Almir Paraca.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 558 e 1.010/2007, do Deputado Padre João; 1.609/2007, do Deputado Zé Maia; 1.718/2007, da Deputada Elisa Costa; 1.945/2007, do Deputado Lafayette de Andrada; 2.179/2008, do Deputado Gustavo Valadares; 2.256/2008, do Deputado Doutor Rinaldo; 2.298/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho; 2.431/2008, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 25/6/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.607/2008, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 25/6/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 734/2007, do Deputado André Quintão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.498/2007, do Deputado André Quintão; 1.791/2007, do Deputado Wander Borges; 1.819/2007, do Deputado Delvito Alves; 2.110/2008, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 2.132/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.277/2008, do Deputado Fábio Avelar; 2.329/2008, da Deputada Gláucia Brandão; 2.341/2008, do Deputado André Quintão; 2.348/2008, do Deputado Fábio Avelar; 2.349/2008, do Deputado Lafayette de Andrada; 2.362/2008, da Deputada Gláucia Brandão; 2.363/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.367/2008, da Deputada Ana Maria Resende; 2.370/2008, do Deputado Eros Biondini; 2.372/2008, do Deputado Gustavo Valadares; 2.387, 2.388, 2.389/2008, do Deputado Eros Biondini.

Requerimentos nºs 2.523/2008, do Deputado Domingos Sávio; 2.538/2008, do Deputado Jayro Lessa; 2.563/2008, da Deputada Ana Maria Resende; 2.586/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 25/6/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 25/6/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.287/2008, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.258/2008, do Deputado Doutor Rinaldo.

Requerimentos nºs 2.532/2008, do Deputado Doutor Viana; 2.539/2008, do Deputado Jayro Lessa; 2.564/2008, da Deputada Cecília Ferramenta; 2.578/2008, da Deputada Ana Maria Resende.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.599/2008, do Deputado José Henrique; e 2.606/2008, do Deputado Wander Borges.-

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e 20 horas do dia 25/6/2008, destinadas, ambas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Resolução nºs 2.207/2008, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica; e 2.211/2008, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica; e dos Projetos de Lei nºs 429/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que disciplina o funcionamento de estabelecimentos comerciais de desmonte de veículos automotores e dá outras providências; 725/2007, do Deputado Doutor Viana, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.883, de 2/10/92; 930/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Belo Horizonte; 1.046/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo no Estado e dá outras providências; 1.386/2007, do Deputado Fahim Sawan, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Conquista o imóvel que especifica; 1.397/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dá nova redação ao inciso V do art. 2º da Lei nº 13.449, de 10/1/2000; 1.420/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Senador Cortes o imóvel que especifica e dá outras providências; 1.479/2007, do Deputado Neider Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cláudio os imóveis que especifica; 1.973/2007, do Governador do Estado, que altera as Leis nº 15.462, de 13/1/2005, nº 15.786, de 27/10/2005, e a Lei Delegada nº 175, de 26/1/2007, e dá outras providências; 2.028/2008, do Deputado Gustavo Valadares, que altera o art. 2º da Lei nº 14.601, de 23/1/2003; 2.046/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Aiuruoca o imóvel que especifica; 2.133/2008, do Deputado Adalclever Lopes, que autoriza o Estado a fazer reverter ao Município de Caiana o imóvel que menciona; 2.199/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica; 2.302/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 63.271.686,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Ministério Público do Estado; 2.316/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$3.000.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça Militar do Estado; 2.359/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$5.341.772,65 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Contas do Estado; e 2.395/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Educacional Lucas Machado - Feluma - o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 24 de junho de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/6/2008, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o turno único do Projeto de Lei nº 2.383/2008, do Deputado Almir Paraca, de discutir e votar os pareceres para o 1º turno dos Projetos de Lei nºs 558 e 1.010/2007, do Deputado Padre João, 1.609/2007, do Deputado Zé Maia, 1.718/2007, da Deputada Elisa Costa, 1.945/2007, do Deputado Lafayette de Andrada, 2.179/2008, do Deputado Gustavo Valadares, 2.256/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, 2.298/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, 2.431/2008, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2008.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Juninho Araújo, Djalma Diniz, Gil Pereira e Paulo Guedes, membros da supracitada Comissão, para a reunião de audiência pública a ser realizada em 25/6/2008, às 14h30min, no auditório desta Casa, com a finalidade de debater, com a presença de convidados, o processo cultural da área denominada Conjunto Urbano Praça Raul Soares, em especial os processos de tombamento do Mercado Central, do Condomínio Edifício Casablanca e do Condomínio JK, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2008.

Gustavo Valadares, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 42/2008

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Dalmo Ribeiro Silva, Lafayette de Andrada e Vanderlei Jangrossi, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/6/2008, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 42/2008, do Deputado Sargento Rodrigues, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2008.

Hely Tarquínio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 45/2008

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Chico Uejo, Leonardo Moreira, Vanderlei Jangrossi e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/6/2008, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de designar o relator.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2008.

Paulo César, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.373/2008

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado Wander Borges, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública o Instituto Parkinsoniano de Minas Gerais – Gruparkinson-MG –, com sede no Município de Timóteo.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.373/2008 pretende declarar de utilidade pública o Instituto Parkinsoniano de Minas Gerais, com sede no Município de Timóteo, que possui como finalidade precípua orientar e proteger as pessoas portadoras da doença de Parkinson, procurando dessa maneira melhorar sua qualidade de vida.

Para alcançar suas metas, divulga e informa a opinião pública por intermédio dos meios de comunicação sobre a enfermidade e seus sintomas, de modo a instruir a comunidade sobre a conduta que se deve adotar para com as pessoas acometidas desse mal; presta orientação e assistência aos seus familiares; colabora regularmente com órgãos públicos e privados dedicados à saúde pública, tendo em vista defender os interesses de seus associados.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.373/2008, em turno único, na forma original.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2008.

Hely Tarquínio, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.433/2008

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Padre João, o projeto de lei em tela tem como objetivo declarar de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Oliveira, com sede nesse Município.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 5/6/2008 e distribuída a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto

aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determinam os arts. 188 e 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.433/2008 tem como finalidade declarar de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Oliveira.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências ali mencionadas, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina, no art. 41, § 7º, que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere, sediada no Município de Oliveira; e, no art. 61, que seus Diretores não serão remunerados, sendo-lhes vedado o recebimento de gratificações ou subsídios.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.433/2008.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2008.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Sebastião Costa, relator - Sargento Rodrigues - Delvito Alves.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.443/2008

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria da Deputada Gláucia Brandão, o projeto de lei em tela tem como finalidade declarar de utilidade pública a Creche Comunitária Centro de Desenvolvimento da Criança, com sede no Município de Ribeirão das Neves.

A proposição foi publicada no "Diário do Legislativo" de 6/6/2008 e encaminhada a esta Comissão para exame preliminar dos aspectos referentes à juridicidade, constitucionalidade e legalidade, conforme dispõe o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.443/2008 objetiva declarar de utilidade pública a Creche Comunitária Centro de Desenvolvimento da Criança, com sede no Município de Ribeirão das Neves.

Os requisitos para que as associações e fundações em funcionamento no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o atendimento às exigências ali mencionadas, pois ficou comprovado que a entidade foi constituída e funciona há mais de um ano, tem personalidade jurídica própria e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, que nada recebem pelos respectivos cargos.

Ressalte-se, ainda, que o parágrafo único do art. 12 de seu estatuto determina que o exercício das funções dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal não pode ser remunerado, e o parágrafo único do art. 22 preceitua que, no caso de sua dissolução, o patrimônio remanescente reverterá em benefício de entidades congêneres registradas no Conselho Nacional de Assistência Social ou no Conselho Municipal de Assistência Social de Ribeirão das Neves.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.443/2008.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2008.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Delvito Alves, relator - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.395/2008

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em tela tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar à Fundação Educacional Lucas Machado – Feluma – o imóvel que especifica, situado no Município de Lagoa Santa.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e

legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Agora, vem a este órgão colegiado a fim de receber parecer quanto a possível repercussão financeira que poderá originar, conforme dispõe o art. 188, combinado com o art. 102, VII, "d", do Regimento Interno.

Fundamentação

Trata o Projeto de Lei nº 2.395/2008 de autorizar a transferência à Fundação Educacional Lucas Machado – Feluma – de terreno com 357.798m², a ser desmembrado de área com 1.611.160m², situada no Bairro Várzea, Município de Lagoa Santa.

Atendendo ao interesse público que deve nortear a alienação de patrimônio do Estado, a proposição determina, no parágrafo único do art. 1º, que o imóvel será destinado à implantação de cursos de graduação do ensino superior e atividades correlatas de instituição de ensino superior mantida por essa Fundação.

Além disso, a donatária assumirá as obrigações relativas ao "Projeto de Implantação do Centro de Extensão da Fundação", com a implantação de ambulatórios, centros especializados e hospital-escola, disponibilizará 10% das vagas para a concessão de bolsas acadêmicas integrais, considerando a situação socioeconômica dos bolsistas e promoverá a implementação do "Programa de Internato de Saúde Coletiva - Internato Rural" em Lagoa Santa e Municípios vizinhos que manifestem interesse.

A seleção dos alunos que serão beneficiados com a concessão das bolsas acadêmicas será realizada, de acordo com o parágrafo único do art. 2º do projeto, por meio de critérios fixados conjuntamente pelo Estado e pela Feluma, considerados os aspectos de ordem social e econômica, de modo a resguardar a prevalência do interesse social.

Por fim, o art. 3º da proposição determina que a área reverterá ao patrimônio do Estado se, em qualquer tempo, a partir da lavratura da escritura pública de doação, a donatária deixar de cumprir quaisquer das obrigações firmadas no "Projeto de Implantação do Centro de Extensão da Fundação" ou caso não tenha sido dada ao imóvel a destinação prevista na lei.

Cabe ressaltar que a autorização legislativa para a alienação de bem público decorre da exigência contida na Lei Federal nº 4.320, de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, em especial no § 2º de seu art. 105, ao estabelecer que a movimentação dos valores pertencentes ao ativo permanente do Tesouro só pode ser realizada com a referida permissão.

Como o Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, apenas aprimorou o texto do projeto de acordo com a técnica legislativa, observamos que o projeto de lei em análise atende aos preceitos legais que versam sobre a transferência de domínio de bens públicos, não acarreta despesas para o erário e, portanto, não implica repercussão na Lei Orçamentária.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.395/2008, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2008.

Zé Maia, Presidente - Sebastião Helvécio, relator - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.933/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.933/2007, de autoria do Deputado Fábio Avelar, que declara de utilidade pública a Banda de Música Nossa Senhora Auxiliadora, com sede no Município de Rio Piracicaba, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.933/2007

Declara de utilidade pública a Banda de Música Nossa Senhora Auxiliadora, com sede no Município de Rio Piracicaba.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Banda de Música Nossa Senhora Auxiliadora, com sede no Município de Rio Piracicaba.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2008.

Gláucia Brandão, Presidente - Vanderlei Jangrossi, relator - Gilberto Abramo - Inácio Franco.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.182/2008

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.182/2008, de autoria do Deputado Bráulio Braz, que dá a denominação de Rodovia Walter Luiz da Silva ao trecho da Rodovia MG-265 que liga o Município de Divino à BR-116, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.182/2008

Dá denominação ao trecho da Rodovia MG-265 que liga o Município de Divino à BR-116.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º — Fica denominado Walter Luiz da Silva o trecho da Rodovia MG-265 que liga o Município de Divino à BR-116.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2008.

Gláucia Brandão, Presidente - Vanderlei Jangrossi, relator - Inácio Franco - Gilberto Abramo.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.315/2008

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.315/2008, de autoria da Deputada Gláucia Brandão, que declara de utilidade pública a associação civil Favela É Isso Aí, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.315/2008

Declara de utilidade pública a entidade Favela É Isso Aí, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Favela É Isso Aí, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2008.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Inácio Franco, relator - Gláucia Brandão - Gilberto Abramo.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 18/6/2008

O Deputado Chico Uejo* - Sr. Presidente, Srs Deputados, Sras. Deputadas, público presente, telespectadores da TV Assembléia, hoje é um dia histórico. Há exatamente 100 anos atracava no porto de Santos, em São Paulo, o navio Kasato Maru, trazendo os primeiros imigrantes japoneses para o Brasil.

A partir da dolorosa despedida do país natal, às 17h55min do dia 23/4/1908, no porto de Kobe, em uma época em que os meios de comunicação eram precários e as informações sobre o Brasil estavam limitadas apenas a alguns folhetos de propaganda, foram 52 longos e desconfortáveis dias de incerteza, superados apenas pela esperança e sonhos de prosperidade.

São 100 anos de uma relação de confiança e amizade, que renderam bons frutos para o Brasil e para o Japão. Uma parceria que permitiu a milhares de famílias japonesas sonhar com uma vida melhor em um tempo em que o Japão era um país pobre e sem perspectiva para muitos, exaurido por inúmeras guerras e conflitos sociais.

Assim, emocionamo-nos quando ouvimos os agradecimentos do Imperador Akihito pela generosidade do povo brasileiro, a qual permitiu que nossos avós e pais conquistassem, já nos primeiros anos, no Brasil, todos os direitos civis que os brasileiros possuíam. Foi por meio dessas conquistas, somadas aos esforços do trabalho e da disciplina dos imigrantes, que os descendentes conseguiram integrar-se e ascender socialmente. Tornamo-nos agricultores, médicos, advogados, empresários, Vereadores, Prefeitos, Deputados, Ministros, hoje orgulhosos da ascendência nipônica, mas convictos de que somos parte da grande nação brasileira, em uma parceria que rende hoje bons frutos, bons negócios e boas oportunidades.

No caminho inverso ao dos nossos avós, seguiram 300 mil brasileiros para o Japão, que mandam para o Brasil mais de R\$3.000.000.000,00 por ano, além da cooperação e dos investimentos do governo japonês e de empresas japonesas que impulsionaram e que continuam impulsionando a produção agrícola e industrial. Vale destacar aí que o primeiro investimento de vulto feito pelo Japão no pós-guerra foi em Minas Gerais, com a criação da Usiminas, que também acabou de anunciar um grande investimento japonês da ordem de R\$13.000.000.000,00 até 2016, demonstrando, por ações, que essa relação é de confiança. Não posso deixar de destacar também a cooperação técnica e os investimentos feitos pelo Japão na década de 70 no Projeto Pólo Centro, que mais tarde se transformaria no Alto Paranaíba em Projeto Padap, que foi fundamental para o desenvolvimento de tecnologia de produção de alimentos no cerrado, transformando o Triângulo Mineiro, o Alto Paranaíba e o Noroeste de Minas no grande celeiro dos dias de hoje.

Cem anos de amizade e cooperação criaram sólidos laços entre o Brasil e o Japão. O centenário da imigração japonesa no Brasil revela o sucesso de uma história de amizade e prosperidade, uma relação de confiança que se fortificou ao longo dos anos e que, até hoje, conquista novos horizontes.

Nos últimos anos, o Brasil e o Japão têm aprofundado suas relações de colaboração. Acredito que a confiança recíproca, construída durante 100 anos de história da imigração, será de grande força para a promoção das relações entre os dois países. Muito obrigado. "Dono arigato gozai massu".

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Jayro Lessa - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Deputado José Henrique, membros da Mesa, demais pessoas presentes, imprensa, telespectadores da TV Assembléia. Hoje ocupo esta tribuna para falar de uma importante vitória para a população de Governador Valadares. Durante a inauguração de obras na cidade, no dia 13 de junho, o Governador Aécio Neves finalmente confirmou que estão adiantados os procedimentos para que a empresa Aracruz Celulose possa investir na cidade construindo sua nova unidade. Aécio Neves afirmou que em julho pretende voltar a Valadares para anunciar esse importante investimento para o nosso Município. Estima-se um investimento de US\$2.000.000.000,00, gerando 3 mil empregos diretos e 10 mil indiretos, além da instalação de outras 40 empresas de pequeno e médio porte em torno do empreendimento.

No dia 3 de março iniciamos uma campanha suprapartidária no Município de Governador Valadares, que foi abraçada por trabalhadores, estudantes, comerciantes, entidades, empresários e imprensa. Todos, independentemente de pretensões políticas ou sociais, envolveram-se no propósito de pedir ao Governador Aécio Neves a ida de uma unidade da Aracruz Celulose para Valadares. Foram milhares e milhares de pedidos por "e-mail", fax, telefone e telegrama - uma campanha suprapartidária, que contou com o apoio de toda a Câmara Municipal de Governador Valadares.

Agradeço aos Vereadores Brito, do PV, por cinco mandatos, candidato a Deputado Estadual que obteve quase 30 mil votos, não vindo para esta Casa por pouco; Paulinho Costa, do PDT, Presidente da Câmara, que se empenhou para que a Aracruz e o povo se manifestassem pedindo ao Governador Aécio Neves a ida dessa indústria para Governador Valadares; Cabo Amorim, do PDT, eleito nas últimas eleições e que está-se tornando um grande Vereador na nossa cidade; Ananias Camelô, do PSB; às Vereadoras Dilene, do DEM, por cinco mandatos, e Fátima Salgado, do PSDB, grande guerreira e batalhadora pelo nosso Município; aos Vereadores Mauricio Morais, Júlio Avelar, do PV, que apoiou prontamente essa campanha, Giovani Onório e Helder Armond, do PT, e Cida Pereira, que prontamente atenderam este Deputado trabalhando para que o povo de Governador Valadares se manifestasse e pedisse ao Governador que a Aracruz Celulose viesse para nossa cidade.

Estive com o Vice-Presidente da República, José Alencar, pedindo sua intervenção junto à diretoria da Aracruz para que considerasse Valadares como cidade ideal para receber a empresa, por suas potencialidades, como rodovia e ferrovia, estratégica localização geográfica, recursos naturais e humanos, além de ser um importante pólo distribuidor com influência em Minas Gerais e em outros Estados do Leste e do Nordeste. A diretoria da Aracruz respondeu positivamente informando a realização de seus estudos na região para concretizar o empreendimento. Na verdade, há dois anos venho pleiteando junto ao Governador Aécio Neves a instalação da Aracruz Celulose em Valadares. Sabemos que se trata de um Município com comunidades cada vez mais sofridas, um povo lutador e guerreiro que vive exclusivamente do comércio e até hoje não pôde contar com nenhum investimento, nem do governo federal nem do governo estadual. Essa carência se traduz principalmente na falta de oportunidades de trabalho, a qual vem resultando na emigração desenfreada que agora mostra seus efeitos negativos, com milhares de valadarenses retornando à terra natal, sem perspectivas de trabalho e sem orientações necessárias para possíveis investimentos e empregos.

A instalação da Aracruz Celulose em Valadares certamente vai significar muito mais que emprego e renda para a região. Ela é a certeza do desenvolvimento pleno, o qual envolve a valorização do potencial humano e os investimentos em sustentabilidade que vai garantir maior qualidade de vida para as famílias de toda a região.

Concedo aparte à Deputada Elisa Costa, grande candidata a Prefeita de Governador Valadares.

A Deputada Elisa Costa (em aparte)* - Saúdo o Deputado Jayro Lessa por seu pronunciamento, digo-lhe que temos acordo nessa luta por Governador Valadares e pelo Vale do Rio Doce, até porque o retrato social, político, econômico e cultural da nossa região nos obriga ao compromisso de buscar saídas econômicas para encontrar os caminhos do desenvolvimento e do crescimento do Vale do Rio Doce, especialmente da cidade de Governador Valadares.

Para dinamizar a economia, as ações estruturantes como a universidade federal, pelo pólo da UFMG, o Cefet, que será iniciado ainda este ano em Governador Valadares, com dimensão regional, e o fortalecimento da agricultura familiar, do comércio e das pequenas e médias indústrias já existentes em nossa cidade, somam-se a essa iniciativa de levar para a região uma unidade de uma grande indústria, com a implantação da Aracruz Celulose. Desejamos que essa iniciativa também se some às iniciativas sociais em nossa cidade. Precisamos, Deputado Jayro Lessa, que a Aracruz Celulose tenha um compromisso social e ambiental com a nossa cidade. Além da geração de empregos e da oferta de oportunidades para a nossa juventude, que haja comprometimento e responsabilidade social, não só com a geração de impostos, mas com a participação em programas sociais da cidade e no fortalecimento da pequena agricultura e da produção de alimentos em nossa região. Quero parabenizar o Deputado Jayro Lessa. Essa é uma luta de toda a região, que realmente merece ser ouvida pelo governo do Estado.

Para finalizar, quero registrar que o Presidente Lula também já está envolvido com essa causa, porque o BNDES vai financiar essa unidade industrial. Também a Ministra Dilma Rousseff já tem conhecimento disso e está trabalhando nessa perspectiva. Então, são investimentos públicos somados a esse grande investimento privado, para garantir o desenvolvimento sustentável de uma região que merece atenção, porque a nossa juventude, os nossos pais e mães de família merecem ficar definitivamente na cidade de Governador Valadares. Muito obrigada.

O Deputado Jayro Lessa - Obrigado, Deputada, Elisa Costa. Sabemos do seu empenho, dedicação, correção e honestidade, qualidades que tem demonstrado nesta Casa perante todos nós.

Estamos falando da maior empresa de celulose do mundo, que exporta 100% de sua produção, de uma empresa cotada na Bolsa de Nova Iorque e na Bolsa de Londres, de uma empresa que tem compromissos sociais e compromissos de toda ordem com a natureza e com o bem-estar do povo dos lugares em que se instala, de uma empresa que até 2015 pretende atingir 25% de participação no mercado mundial na produção de celulose.

Esse empreendimento, somado às obras de duplicação da BR-381 e à ida da UFMG com seu câmpus avançado de Valadares, e do Cefet - por cuja instalação em Valadares a Deputada tão bem trabalhou -, será a garantia de uma nova etapa de desenvolvimento para nossa cidade.

Gostaria de agradecer o empenho das entidades representativas de Governador Valadares nessa luta, como a Associação Comercial, Fiemg, CDL, Sindicato dos Produtores Rurais, Cooperativa Agropecuária, além de todos os envolvidos na busca de melhorias para a nossa região, principalmente ao povo valadarense, que enviou milhares de cartas e "e-mails" ao Governador pedindo a concretização desse sonho. O Governador, que atendeu a esse pedido, deverá assinar o protocolo de intenção no próximo mês. Gostaria ainda de salientar a importante atuação do jornal "Diário do Comércio", na pessoa do jornalista Bruno Marques, que não vem medindo esforços na cobertura dos fatos que vão resultar numa nova etapa para o desenvolvimento econômico de Minas Gerais, principalmente da região do Vale do Rio Doce, que tem Valadares como cidade-pólo.

Obrigado, Governador Aécio Neves, por ter incluído o Município de Governador Valadares no seu projeto grandioso de tornar Minas Gerais o melhor lugar para se viver. Parabéns à população de Governador Valadares por essa importante conquista, que, de fato, é do povo da cidade e em breve será concretizada. Esperamos, num curto espaço de tempo, comemorar a instalação da Aracruz Celulose, a qual, somada às obras de duplicação da BR-381, que precisam ser agilizadas, certamente consolidará Valadares como um dos principais pólos econômicos do Estado, transformando a realidade das comunidades num futuro de prosperidade. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Deputado José Henrique, Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, neste mês de junho, a Comissão de Participação Popular, que presido nesta Casa, completa cinco anos de instalação. Ela foi criada por resolução da Mesa e votada pelo Plenário da Assembléia, no primeiro semestre de 2003, com o objetivo de fortalecer a participação direta do cidadão nos trabalhos do Legislativo, estimular o controle público, conferir maior transparência às ações do Legislativo e do Executivo e servir de mediação no diálogo entre entidades da sociedade civil, governo estadual e o próprio Poder Legislativo.

Desde o início, por convicção, por necessidade e por acreditarmos que não existem políticas públicas vigorosas sem o correspondente financiamento público dessas ações, priorizamos a criação institucional de mecanismos de participação no chamado ciclo orçamentário, nas leis orçamentárias: LDO, Lei de Diretrizes, PPAG, Plano Plurianual, Lei Orçamentária Anual, além do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado.

Assim, venho à tribuna, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, apresentar um balanço desse trabalho, que considero extremamente positivo e rigorosamente compartilhado com os demais Deputados e Deputadas desta Casa, com as demais Comissões e, principalmente, com as entidades da sociedade civil organizada. Conseguimos, nesses cinco anos, ter uma incidência muito positiva no planejamento de médio prazo do Estado, em especial dos Planos Plurianuais de Ação Governamental. Já no PPAG de 2004-2007, conseguimos incluir uma emenda popular que implementou o projeto estruturador "Inclusão social de famílias vulnerabilizadas". Para os Srs. Deputados terem uma idéia, o Orçamento autorizado para este projeto, no último ano do PPAG, em 2007, foi de R\$50.800.000,00, uma conquista originária da sociedade civil, particularmente dos militantes da área da assistência social e da criança e do adolescente. Incluímos recursos vultosos - aproximadamente R\$7.000.000,00 -, nos anos do PPAG 2004-2007, para o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional - Prosan -, tão bem concebido e gerido pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado - Consea. Foram emendas populares ao PPAG que sacramentaram conquistas importantes no âmbito das políticas públicas, como por exemplo, a introdução da merenda escolar no ensino médio, resultado de uma emenda popular aprovada no PPAG.

Há também uma outra emenda de processo muito importante. De ano a ano, o Estado e a Assembléia também são obrigados a realizar uma revisão participativa do Plano Plurianual. Até a legislatura de 2003 era muito comum, nesta Casa, os planos serem votados sem conhecimento amplo por parte da população e depois se transformarem em caras publicações a enfeitar as estantes de gabinetes de Secretários, de Deputados e de gestores. Hoje não. O Plano Plurianual é uma peça viva, controlada, monitorada e acompanhada por esta Casa e pelos movimentos sociais anualmente, no segundo semestre, por meio de audiências públicas. Conseguimos, nessas revisões, emendas que totalizaram R\$21.300.000,00 - somente emendas de revisão. Além disso, juntamente com os movimentos sociais, estamos fazendo o monitoramento trimestral da execução orçamentária dos projetos estruturadores - atualmente são 57 projetos - nas várias áreas, em conjunto com os Conselhos da Criança, da Assistência e de Segurança Alimentar e Nutricional. Todavia, não foi somente no primeiro PPAG, também no segundo PPAG, o de 2008-2011.

Em 2007 realizamos audiências públicas regionalizadas na região metropolitana, no Vale do Jequitinhonha, na Zona da Mata e no Triângulo Mineiro. Houve participação de mais de mil lideranças e entidades da sociedade civil, e 123 emendas populares foram aprovadas. Além disso, foi movimentado um valor em torno de R\$40.000.000,00 nas áreas de combate ao trabalho infantil, de alimentação escolar, de controle da vigilância alimentar e nutricional de crianças, de implantação do Sistema Único de Assistência Social - Suas -, no apoio aos catadores de materiais recicláveis e à economia popular solidária e na criação, como projeto especial, da Região Metropolitana do Vale do Aço.

Nesses dois PPAGs - aliás, há números importantes aqui -, houve quase 3 mil lideranças participantes; 1.220 propostas apresentadas e analisadas pela Comissão de Participação Popular; 375 emendas apresentadas aos dois PPAGs; 135 emendas diretamente apresentadas ao Orçamento; e 510 emendas aprovadas. Então, é com muito orgulho que assumamos a esta tribuna para falar do êxito desse processo, que traz resultados.

Queria falar aqui sobre alguns temas que foram discutidos, com repercussão orçamentária: fortalecimento da agricultura familiar; implantação do Suas em Minas - aliás, Minas Gerais foi o primeiro Estado do Brasil a co-financiar esse sistema conduzido pelo Ministro Patrus e pelo Presidente Lula, como resultado de emenda popular aprovada nesta Assembléia na LDO de 2006 -; inclusão das creches conveniadas com o poder público na divisão de recursos do Fundeb - aliás, a Comissão de Participação Popular foi ponta-de-lança nessa luta -; instalação nas duas legislaturas da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; realização de ciclos de debates, seminários legislativos, audiências públicas em várias áreas: da cultura, da assistência, ambiental, particularmente na defesa da agricultura familiar na Zona da Mata e também de maior controle sobre a exploração da bauxita; políticas voltadas para pessoas com deficiência; discussão do Plano Nacional da Juventude; da democratização dos meios de comunicação; apoio ao Movimento Lixo e Cidadania em todo o Estado de Minas Gerais; apoio à economia popular solidária; importante seminário legislativo, em 2005, "Lixo e Cidadania"; debates públicos sobre o PMDI, sobre alimentação escolar como estratégia de segurança alimentar e nutricional, sobre a erradicação dos lixões em Minas Gerais, sobre participação popular no Poder Legislativo e a implantação do Projeto Parlamento Jovem, que, em suas cinco edições, reuniu 40 escolas e 632 estudantes do ensino médio, uma centena de monitores da PUC, com 209 propostas apresentadas.

Realizamos, Deputado Domingos Sávio, aproximadamente 200 reuniões da Comissão de Participação Popular, praticamente 40% delas em audiência pública com participação direta da população. O principal é que essa é uma comissão que trabalhou em conjunto com as comissões de mérito, não foi uma comissão para duplicar trabalho ou para atropelar outras comissões, ela serve de elo e de solda entre as demais comissões e a sociedade civil. Portanto, credito esse balanço extremamente positivo, primeiro, à Mesa desta Casa, antes presidida pelo Deputado Mauri Torres, que também foi um dos responsáveis pela implantação da Comissão de Participação Popular, nunca negou apoio a essa Comissão, da mesma maneira ao Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho, a todas as demais comissões desta Casa, aos servidores da Assembléia Legislativa, que trabalham arduamente para acolher as sugestões populares e, principalmente, aos Deputados e Deputadas que compreenderam o seu sentido e ao ator principal: a sociedade civil organizada.

Se não fossem os milhares de pessoas que participaram e que participam dessas audiências com idéias e propostas, a Comissão não seria hoje, Deputado Domingos Sávio, modelo de Comissão de Participação Popular para o País, aliás, objeto de estudo, no plano acadêmico, de doutorado, de mestrado, de monografias. Portanto, a Assembléia Legislativa está de parabéns.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Agradeço-lhe, Deputado André Quintão. Fiz questão de apartear-lo, primeiro, para cumprimentá-lo por seu pronunciamento e também para dar o meu testemunho desse trabalho sério desenvolvido pela Comissão de Participação Popular e por V. Exa. Tive o privilégio de compartilhá-lo em diversas reuniões, em que percebemos com clareza a importância da sociedade civil organizada e a importância de toda a seqüência, ou seja, a organização do Estado por meio do seu planejamento orçamentário, não apenas do PPAG, mas também das LDOs e do Orçamento, que ano a ano votamos aqui na Assembléia. Agora mesmo, como Líder da Maioria, terminamos de assinar, ao lado de cada um dos Líderes desta Casa, uma prorrogação por mais alguns dias, até o próximo dia 27, para que haja a participação mais completa possível da sociedade civil, por meio da Comissão de Participação Popular, o que vem acontecendo de maneira brilhante, e dos colegas Deputados, para aperfeiçoarmos essa legislação. Ela é a base da execução de todas as políticas públicas; a LDO dará obviamente o suporte ao Orçamento. Daí a importância das emendas que vêm por meio da Comissão de Participação Popular e de cada um de nós. Eu mesmo já tive oportunidade de propor várias delas.

Neste ano, já propusemos emendas, mais de uma vez, pois já virou quase uma questão de honra, todo ano, propormos emendas, aperfeiçoando ou garantindo seqüências de programas importantes, como o Prouemg - que nasceu nesta Casa, no debate da importância de se fortalecer o ensino público gratuito também no nível superior, financiando o aluno mais pobre que não consegue passar em uma universidade federal, mas que precisa do apoio do Estado; - como os da área ambiental, para o entorno das barragens; e os da área social, para fortalecimento de nossos conselhos tutelares. Todos eles são programas essenciais, e a Assembléia tem como participar.

V. Exa. tem dado um testemunho extremamente positivo - e quero finalizar destacando-o - e democrático, pois, na Comissão de Participação Popular, além dos diversos segmentos da sociedade, todos os partidos - PT, PSDB, e demais partidos com assento nesta Casa - manifestam suas opiniões e acabam por se unir em propostas que estão melhorando o Estado de Minas Gerais e colaborando com o governo Aécio Neves. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão* - Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio. É exatamente esse o espírito da Comissão, uma Comissão democrática, que tem a representação de todos os partidos e que realiza suas atividades em parceria com o governo estadual, os conselhos, as entidades da sociedade civil. A partir de tudo o que discutimos e que emerge da Comissão de Participação Popular, são efetivamente geradas ações do poder público, pois há uma seriedade muito grande e o desejo de que a vontade soberana da população e das entidades seja traduzida em ações práticas do poder público. Portanto, meus agradecimentos nesse balanço dos cinco anos da Comissão de Participação Popular, uma Comissão que - tenho certeza - veio para ficar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, público da TV Assembléia, o que nos traz, nesta tarde, à tribuna é a necessidade de comentar algumas ações, de fazer algumas avaliações e de falar de questões que estão sendo conduzidas no processo legislativo. Inicialmente, Sr. Presidente, gostaríamos de fazer menção a um evento de que participamos nesse final de semana, no último sábado, no Município de Riachinho, na Fazenda Conceição, onde fica uma das unidades da Fundação Estadual Caio Martins. As escolas Caio Martins foram criadas há 60 anos pelo Cel. Manuel José de Almeida, que passou também por esta Casa como Deputado Estadual, e é uma obra que resiste ao tempo. É impressionante constatar a estrutura sucateada, infelizmente, em todas as seis unidades da Fundação, que estão distribuídas ao longo da Bacia do Rio São Francisco, em Minas Gerais, atendendo, portanto, à população muito necessitada e empobrecida do sertão mineiro. No Município de Riachinho, na Fazenda Conceição, constatamos exatamente isso. Estamos acompanhando o trabalho da Fundação Caio Martins há alguns anos e, a partir do ano passado, aproximamo-nos mais dela para conhecê-la melhor, saber de seus fundamentos e auxiliar na metodologia dessa instituição que trabalha quase exclusivamente com órfãos e crianças abandonadas. Quando não é essa a situação, são crianças de famílias desagregadas, filhas de mães solteiras, que chegam a esses espaços necessitando de muito cuidado, carinho e atenção. Portanto, o Estado, que criou essa instituição para cuidar da proteção às crianças e aos adolescentes, precisa efetivamente aprimorar sua atuação na rede de escolas Caio Martins.

Fizemos uma gestão junto a órgãos do governo federal. Participamos da inauguração, no sábado, no Município de Riachinho, de uma estação digital, um telecentro, com 10 computadores novinhos, oferecidos para as crianças da unidade de Caio Martins, do Núcleo do Urucuia, e também para as demais crianças e jovens do povoado da Fazenda Conceição. Trata-se de uma demonstração da nossa intenção, da nossa disposição de colaborar com as escolas Caio Martins.

Portanto, quando aqui nos pronunciamos para cobrar do governo do Estado uma atenção adequada a esta rede de escolas que faz um trabalho muito importante, e que pertence a uma fundação do Estado, nós o fazemos com o intuito exclusivo de auxiliar, de contribuir. Se de um lado sabemos que é imperioso uma revisão metodológica, uma atualização metodológica do trabalho desenvolvido nas unidades, sabemos também que é urgente uma reforma de todas as estruturas de cada uma das unidades. A maioria das oficinas profissionalizantes instaladas nessas unidades estão sucateadas, aliás, colocando em risco as crianças e adolescentes que passam por esse trabalho, por esse aprendizado. Sabemos que, apesar de tudo, as escolas, as unidades da Fundação Caio Martins - Fucam - cumprem, e cumprem bem, o seu papel, porque têm um espírito muito presente de solidariedade, de trabalho social e de cuidado entre todo o corpo profissional de cada uma dessas unidades. Isso faz com que as dificuldades estruturais sejam em muito superadas, para garantir proteção, orientação e, acima de tudo, proporcionar qualificação profissional num ambiente de ressocialização das crianças e dos jovens que são acolhidas nas escolas Caio Martins.

Salvo engano, nesta manhã, a direção da Fundação Caio Martins esteve reunida com o Sr. Gustavo Correa, Secretário de Esportes e da Juventude, apresentando a situação das unidades e levando a solicitação de apoio e de atenção. Temos a certeza de que o nobre colega Deputado Gustavo Correa já conhece bem a realidade das unidades Caio Martins e terá uma atenção não só necessária para resolver a situação, mas terá um olhar atento e generoso, exatamente o que as unidades Caio Martins estão reclamando e merecendo por parte do Estado. É preciso dizer que a integração das ações do governo do Estado, mesmo aquelas voltadas para crianças e adolescentes, está quase completamente ausente nessas unidades geridas pelo próprio Estado. Portanto todo esse espírito de uma gestão moderna, competente, vendida e apresentada pelo governo do Estado precisa ser aplicada, introduzida nessa relação entre a Secretaria de Educação e as ações de ação e proteção social do Estado, particularmente a Secretaria de Esportes e da Juventude, onde estão localizadas as unidades da Fucam.

O segundo tema que quero tratar aqui, Sr. Presidente, diz respeito a um trabalho que vem sendo feito pela Fundação Conscienciarte, no Município de Jabuticubas. Atendendo a um edital do Ministério do Meio Ambiente, com recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente, a Fundação Conscienciarte chegou ao Município de Jabuticubas, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com o propósito de realizar o projeto Do Lixo ao Cidadão, que tem como objetivo principal a organização da população que vive da catação de materiais recicláveis.

O que está acontecendo em Jabuticubas é que o Ministério Público já deu um prazo para o término do lixão da cidade, e esse esforço da Fundação Conscienciarte é exatamente para ajudar a organizar as famílias que viviam, até então, da catação no lixão. Seria organizá-las em uma associação de catadores de materiais recicláveis, com a proposta de que possam gerir o sistema de coleta seletiva de lixo e, mais propriamente, gerir a triagem e a seleção do lixo que chega ao antigo lixão, que agora irá transformar-se num aterro sanitário em Jabuticubas.

Temos uma legislação federal extremamente favorável, que normatiza a deposição final de resíduos sólidos. Ela traz literalmente, sem nenhuma sombra de dúvida, a prioridade na contratação, na locação daqueles que estão vivendo da catação em lixões, em processos de readequação e de aprimoramento da deposição final dos resíduos sólidos nos Municípios. Pressupostos que estão registrados no projeto de lei que está tramitando nesta Casa, também acerca da legislação estadual para resíduos sólidos, amplamente discutido com todos os segmentos interessados e que precisa voltar a tramitar de forma mais célere entre nós. Portanto queremos fazer um apelo ao Prefeito Fábio Santos, de Jaboticatubas, para que, na contratação, na operação dessa unidade que está sendo implantada no Município para a triagem do lixo, seja trabalhado com a associação dos catadores, a Associação Nova Esperança, já organizada, formalizada, por meio do trabalho da Fundação Consciência e que ofereceu como solução, uma vez que essa entidade não está com todas as credenciais para assumir o trabalho, e a Associação Paracatu Recicla, que desenvolve esse trabalho há sete anos na região Noroeste de Minas, que se dispôs a intermediar a relação e assumir formalmente o controle desse processo para acolher os catadores da Associação Nova Esperança. Portanto a legislação preconiza, a legislação defende e coloca como prioridade a utilização, o aproveitamento daqueles que trabalham com a catação nos Municípios. E reforçamos aqui, mais uma vez, o pedido ao Prefeito Fábio Santos, a fim de que esteja aberto para esse entendimento, discutindo com o Ministério Público, para que aquilo que preconizam tanto a legislação federal de resíduos sólidos quanto a legislação proposta nesta Casa pelo Executivo, e que está em tramitação, possam ser observados, porque é por intermédio dos Municípios, das ações dos gestores Municipais, quer Prefeitos, quer Secretários Municipais de Meio Ambiente, que poderemos, efetivamente, cumprir e fazer avançar, fazer a implementação efetiva dessa legislação em nossos Municípios. Portanto fica aqui o registro, o apelo para que o Prefeito Fábio Santos, de Jaboticatubas, esteja aberto efetivamente na acolhida dessa demanda, dessa necessidade de proteção, de acolhida, de proteção desses verdadeiros agentes ambientais, que são os catadores organizados nas suas associações e cooperativas.

Por último, Sr. Presidente, gostaríamos de falar sobre o substitutivo que estamos apresentando nesta Casa. Fizemos a apresentação de uma primeira versão hoje, de manhã, na reunião da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais desta Casa, que trata da mudança na legislação sobre pequiheiro no Estado. Foi um trabalho delicado, difícil, porque sabemos que a legislação estadual de proteção ao pequiheiro foi amplamente discutida e negociada aqui, nesta Casa. Ela realmente tem um grande valor. Depois de muita pesquisa, de muita conversa, de muita negociação, inclusive com os Deputados que se aproximaram para discutir a matéria, apresentamos um substitutivo que preserva o espírito da lei em vigor, que continua protegendo o pequiheiro no Estado, mas abre, efetivamente, duas situações de exclusão. Em áreas urbanas e de distrito industrial, vai-se permitir o abate do pequiheiro, mediante várias condicionantes.

Para finalizar, Sr. Presidente, passarei à rápida leitura do substitutivo que estamos negociando com o Presidente da Comissão para que, ainda amanhã, possamos fazer uma reunião extraordinária a fim de aprová-lo e dar prosseguimento à tramitação nesta Casa.

(- Lê o Substitutivo nº 2 ao Projeto de Lei nº 725/2007, publicado na edição de 21/6/2008, pág. 69, col. 2.)

Portanto, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o propósito é continuar protegendo o pequiheiro e harmonizando a legislação com a necessidade de se promover o desenvolvimento sustentável da vasta região com incidência dessa árvore, que é símbolo de Minas Gerais, e, particularmente, com os interesses, agora muito presentes na Região Metropolitana, de incorporação de novos empreendimentos, que necessitam da adequação dessa legislação.

O Deputado Doutor Viana (em aparte) - Parabenizo V. Exa. pelo trabalho que vem desenvolvendo na Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais. Quero dizer-lhe também da alegria de tê-lo como relator desse projeto que rerepresentei. O projeto foi inicialmente apresentado, em outra legislatura, pelo hoje Deputado Federal Antônio Andrade.

Percebi a importância, para o Estado de Minas Gerais, de se buscar esse equilíbrio entre a manutenção do pequiheiro e o desenvolvimento, gerando sustentabilidade, o que é possível.

Quero aplaudi-lo pelo trabalho e pelo empenho. Na Comissão, já estamos nos "finalmentes" em relação ao substitutivo que V. Exa. está relatando, para trazê-lo ao Plenário e votá-lo. Temos uma necessidade urgente de aprová-lo. Já tivemos algumas propostas que passaram. Por não ter essa adequação, o Estado perdeu alguns empreendimentos. Acredito que agora se está buscando tudo com muito equilíbrio, se está buscando exaustivamente o entendimento, para chegar-se ao melhor quanto à regularização do abate. Quero agradecer a todos da Comissão e especialmente a V. Exa., relator, por estar buscando o entendimento com todos os segmentos, a fim de oferecer atendimento específico às necessidades não só de Sete Lagoas, mas também de todo o Estado de Minas Gerais. Parabéns. Obrigado.

O Deputado Almir Paraca - Esse foi o espírito, Deputado Doutor Viana. Esperamos a compreensão de todos os setores que têm interesse na matéria, principalmente daqueles com quem militamos na região Central, no Noroeste, no Norte de Minas - onde os movimentos de caráter ambientalista e de proteção aos pequiheiros são mais presentes -, por entendermos que a matéria, da forma como se encontra, vem de fato atender a todos. Só foi feita uma flexibilização, de forma muito restrita, muito dirigida, para garantir os empreendimentos que se estão instalando no Estado e que, neste momento, são tão importantes também para gerar renda e oportunidade de trabalho para o nosso povo. Muito obrigado.

O Deputado Dinis Pinheiro* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, profissionais da imprensa, quero reportar-me neste instante a uma reunião bastante produtiva e, diria, de grande significado, realizada ontem pela Comissão de Transportes, presidida, na ocasião, pelo grande colega Deputado Juninho Araújo.

Nessa reunião, que contou com participação bastante expressiva de moradores da região metropolitana, de Prefeitos, do Procon, do Ministério Público, de agências prestadoras de serviço telefônico, da Anatel, referimo-nos a um descaso enorme da agência reguladora, conhecida como Anatel, em relação aos serviços prestados pelas operadoras de serviços telefônicos na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Quero, num primeiro instante, evocar o que está inserido na Constituição Federal e na Constituição Estadual. Diz textualmente o § 3º, art. 25, da Carta Magna: "Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.".

A Constituição Estadual, em seu art. 42, assim descreve: "O Estado poderá instituir, mediante lei complementar, região metropolitana e aglomeração urbana constituídas por agrupamento de Municípios limítrofes, do mesmo complexo geoeconômico e social, para integrarem o planejamento, a organização e a execução de funções públicas de interesse comum.".

Pela realidade vivenciada na região metropolitana, observa-se, com muita clareza, que a Anatel, que deveria dar exemplo e demonstrar obediência completa aos preceitos legais, descumprindo, de forma vigorosa, o que está inserido na Constituição Federal e na Constituição Estadual. A Região Metropolitana de Belo Horizonte, amigo Deputado Doutor Viana, é constituída por 34 cidades, e existem, nessa região, dois pesos e duas medidas. Há um tratamento diferenciado para nove cidades e um tratamento desrespeitoso e ilegal, que afronta as Constituições Estadual e Federal, por parte da Anatel.

Todos sabemos que a região metropolitana se integra com muita facilidade, que ela é única e requer um tratamento diferenciado por parte do Estado e por parte da União.

São problemas comuns, semelhantes, afins, seja na área da segurança, seja na área da saúde, seja na área do transporte público, um dos maiores problemas da região metropolitana.

A prestação de serviço telefônico não poderia deixar de ser também de elevado interesse público. Nove cidades são beneficiadas com a tarifa local pelas empresas prestadoras de serviços telefônicos, que, por sua vez, são reguladas pela Anatel. Lamentavelmente, 25 cidades estão tendo atendimento totalmente diferenciado. Diante disso, os moradores, os trabalhadores, as pessoas que moram nessas cidades estão tendo de pagar o dobro do preço praticado nos Municípios onde se tem a tarifa local. Por exemplo, se nos Municípios de Ibitité, Belo Horizonte, Ribeirão das Neves e Vespasiano a tarifa é de R\$0,50, nas outras cidades essa tarifa chega ao patamar de R\$1,00. Ou seja, é mais uma penalidade, mais um encargo, mais uma despesa para aproximadamente três milhões e meio de trabalhadores, de pessoas da região metropolitana. Constituída de 34 cidades, hoje a região metropolitana possui aproximadamente 5 milhões de habitantes. Então, chega a atingir quase 25% da população do Estado.

Ontem, na reunião, oportunidade em que contamos com a presença de representantes de todas essas instituições e firmas - da Anatel, do Procon e do Ministério Público -, observamos, logo no primeiro instante, o descumprimento da lei pela Anatel no que se refere a cidades cuja distância é inferior a 1km de outra que pratique a tarifa local. Tivemos a oportunidade de citar um caso em que hoje não se cumpre a resolução da Anatel. É o caso, por exemplo, de Sarzedo, cidade da qual tenho a felicidade de ser Deputado majoritário. Esse Município, que antigamente pertencia a Ibitité, é muito bem administrado pelo Prefeito Marcelo Pinheiro. Então, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, como estava dizendo, hoje, em Sarzedo, as ligações telefônicas são realizadas como se fossem interurbanas. Deputado Doutor Viana, no primeiro momento observamos esse desrespeito da Anatel e dessas empresas prestadoras de serviços telefônicos em relação à legislação vigente, à Constituição do Estado e à Constituição da República.

Se analisarmos com cuidado a região metropolitana, detectaremos outras aberrações. Podemos citar a cidade de Mário Campos, totalmente integrada a Sarzedo, Ibitité e Belo Horizonte. Ao nosso lado temos Esmeraldas, uma das cidades mais carentes do Estado. Se evocarmos a manifestação dos Deputados Ademir Lucas, Sávio Souza Cruz, enfim, de todos os parlamentares que tenham uma relação fraterna com a cidade de Esmeraldas, certamente, num primeiro momento, também falarão da irregularidade praticada pela Anatel em relação ao referido Município. A situação não é diferente em São José da Lapa e em Pedro Leopoldo. Enfim, 25 cidades estão sendo penalizadas com essa cobrança abusiva, ilegal e desrespeitosa por parte dessas agências prestadoras de serviços.

Naquele instante, como Deputado que procura participar do cotidiano, da vida econômica e social da Região Metropolitana de Belo Horizonte, enfim, como empregado da população mineira, detectamos essa situação ilegal e imediatamente solicitamos ao Ministério Público que ajuizasse uma medida para apurar as irregularidades praticadas por essas agências.

Acionamos o Procon e aprovamos, na tarde de ontem, requerimento solicitando ao Ministro Hélio Costa que tome, o mais rápido possível, medidas eficazes, firmes, decididas e vigorosas para abolir de uma vez por todas esse descaso, essa irregularidade, essa ilegalidade praticada pelas agências prestadoras de serviço.

Todos sabemos que a Anatel é uma agência reguladora do governo federal, Deputado Alencar, e deveria ter um zelo ainda maior em relação às prestadoras de serviço. Mas parece que ela tem se preocupado tão somente com o lucro fácil das companhias prestadoras de serviço, esquecendo-se, lamentavelmente, da vida, da luta, das dificuldades e adversidades desses trabalhadores que muito precisam do nosso apoio. Portanto, mais um encargo, mais um descaso, mais uma penalidade para as 25 cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde há aproximadamente 3.500.000 pessoas sofrendo, sendo penalizadas com esse procedimento inadequado, incorreto, injusto e desrespeitoso por parte das empresas.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Quero parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento. Recebemos denúncias há muito tempo e costumamos dizer que é uma maldade o que está sendo feito. Infelizmente, Deputado Dinis Pinheiro, há descaso da Anatel. Quero testemunhar aqui o que está acontecendo na minha residência. Há dois meses, recebo uma conta de telefone relativa a dois números de telefone celular, e um está sendo usado por uma pessoa chamada Tânia. Fiz reclamação por telefone e fui a uma loja da Oi - não sabia que, em Minas Gerais, essas lojas são franqueadas. Se você tem reclamação a fazer, precisa usar o telefone, mas nada é resolvido. Portanto, há dois meses venho pagando, em débito automático, uma conta de telefone usado por outra pessoa, e reclamo, reclamo, reclamo. Não posso ficar sem telefone na minha residência, sou obrigado a pagar o que a Oi determina.

Isso está acontecendo comigo, que tenho certa formação, sou Deputado Estadual, tenho certa colocação. O descaso que está acontecendo com a população mais carente em relação à telefonia é muito grande. Quando V. Exa. fala sobre a região metropolitana, quero lembrar que já tivemos um transporte que a beneficiava, mas hoje não traz benefício algum. A região metropolitana teria o único benefício da telefonia. Lembramos que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte cidades-dormitório. Pessoas trabalham aqui e residem em outros Municípios, entram em contato com a sua residência no período em que trabalham e pagam interurbano.

V. Exa. está de parabéns. Tenho a certeza de que esse movimento que V. Exa. encabeça nesta legislatura dará resultado, porque é justiça o que se está pedindo. Infelizmente, nossas companhias de telefonia e nossa Anatel não fazem a parte que lhes é devida. Não existe fiscalização para essa maldade feita com os habitantes da região metropolitana. Entendo que ou o governo federal tenta mudar esse sistema... Quero lembrar ao Deputado Paulo Heslander, ex-Presidente da Telemig, que, no dia da privatização, subiu à tribuna e disse: "Como empresário, estou rindo, mas, como cidadão brasileiro, estou chorando, porque a privatização acabará com a atenção dada à população". Parabeno V. Exa. mais uma vez. Certamente esse trabalho dará resultado, beneficiará e fará justiça à população da região metropolitana.

O Deputado Dinis Pinheiro* - Agradeço a valiosa interferência de V. Exa., que, com muita propriedade, vem ressaltar e assinalar o extremo descaso dessas prestadoras de serviço, que deveriam ter um acompanhamento mais preciso, mais estreito e mais firme por parte da Anatel, mas, lamentavelmente, isso não existe.

Quero agora fazer uma grande convocação aos Deputados e às Deputadas a fim de nos utilizarmos de todos os instrumentos necessários para impedir e eliminar, de uma vez por todas, esse problema provocado por essas agências e esse descaso. Isso é inaceitável, e quero aproveitar a audiência da TV Assembléia para deixar um recado a essas agências prestadoras de serviço e à Anatel. A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais não vai-se calar, não vai-se aquietar nem silenciar-se, mas, sim, repudiar e rebelar-se, por meio da busca de todos os caminhos necessários para eliminar essa insatisfação provocada no meio de 3 milhões de trabalhadores, que são pessoas que estão sendo sacrificadas por mais despesas, pessoas que estão sendo lesadas, porque, num primeiro momento, conforme falei, essas agências estão cobrando ilegalmente de quem mora em cidades como Sarzedo, Mário Campos, Esmeraldas, São José da Lapa e tantas outras.

Por outro lado, também faremos um grande mutirão, de modo a inserir essa nossa proposta numa próxima resolução da Anatel. Também vamos evocar a sensibilidade do Ministro Hélio Costa, para que possamos incluir, como de tarifa local e única, toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente Deputado Doutor Viana, Deputados e Deputadas, venho a esta tribuna para agradecer ao governo

Aécio Neves mais este empreendimento, da ordem de R\$760.000,00, em minha cidade natal, minha cidade de coração, Teófilo Otôni, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig -, para a unidade de inovação tecnológica na área de gemas e jóias. Trata-se de um empreendimento importantíssimo, no momento em que se prepara em nossa cidade e no governo do Estado a estrutura de suporte do setor gemológico, no sentido mais específico de implantar, na Zona de Processamento de Exportação, recentemente aprovada pelo Congresso Nacional, indústrias de transformação de espécimes minerais.

Poucos sabem que, de todas as gemas coradas e das espécies minerais brasileiras que são exportadas, 95% são exportados em forma bruta, sem agregar mão-de-obra e sem oferecer aos brasileiros a oportunidade de trabalho ou mesmo de preparação para tratar essas gemas preciosas e levá-las aos quatro cantos do mundo. Poucos sabem da importância das gemas coradas para o Brasil. Nossa balança de exportação apura que as gemas coradas renderam ao País, no ano passado, US\$350.000.000,00 em exportação, mas o potencial do Nordeste mineiro, apenas, é de mais de US\$3.000.000.000,00. Nossas gemas são decantadas. Teófilo Otôni, a capital mundial das pedras preciosas, realiza anualmente a sua feira internacional - neste ano, ameaçada de não se realizar por falta de apoio e desentendimento sobre o evento.

Mas a fama de Teófilo Otôni tem justificativa, sim. Lembro-me bem de quando, na década de 60, Assis Chateaubriand, então Embaixador do Brasil na Inglaterra, deu à rainha um presente brasileiro: um colar de águas-marinhas, feito com gemas tiradas da maior pedra preciosa já extraída naquele território, que hoje faz parte da coleção da rainha da Inglaterra. No entanto os garimpeiros e o nosso povo não têm se beneficiado muito dessas atitudes, que mostram a nossa beleza e a nossa riqueza, mas não mostram, do outro lado, a pobreza do garimpeiro, do lapidário e das pessoas que enfrentam dificuldades para se manterem nesse setor de gemas, invadido por estrangeiros.

Agora o governo de Minas dá início a um novo trabalho. A Fapemig apóia o setor de gemas e jóias de Teófilo Otôni. A ZPE está pronta para funcionar. O DNPM, com apoio do Vice-Governador Antonio Augusto Junho Anastasia, está formatando um convênio para dotar a nossa Teófilo Otôni de um centro de certificação gemológica e, ao mesmo tempo, dar a Minas Gerais um centro de certificação de diamantes, aqui, na Capital. São lutas com as quais caminhamos há 20 anos. Pela ZPE, começamos a lutar em 1988, com o então Deputado Federal Luiz Leal, quando eu era Prefeito da nossa cidade.

Nessa longa luta, conseguimos aprovar, na época do governo Sarney, a lei que possibilitava haver no Brasil as mesmas ZPEs que fizeram a riqueza dos Tigres Asiáticos, da Espanha, com a ZPE de Barcelona, e dos Estados Unidos da América, cujas 222 ZPEs garantem o suporte para a riqueza do país.

Sr. Presidente, neste momento em que a ZPE será instalada, o governo chega perto, chega junto e aplica imediatamente R\$750.000,00 da Fapemig na área de pesquisa. Por meio de convênio com o DNPM, o governo do Estado formata, para Teófilo Otôni, um centro de certificação gemológica com características e validades internacionais, conveniado com institutos norte-americanos e europeus.

O assunto não é simples; é um assunto agreste para ser comentado com a população. No entanto, Sr. Presidente, gostaria de espraier um pouco mais o nosso raciocínio sobre a ZPE, que talvez se transforme, no próximo pleito, em consequência de a legislação ter sido aprovada pelo Congresso Nacional durante o governo Lula, como instrumento de propaganda política. Isso nos preocupa porque a exploração política de assunto tão importante, de uma luta de 20 anos, é prejudicial à cidade, ao Nordeste mineiro e a Minas Gerais. A ZPE de Teófilo Otôni é a única de Minas e do Leste brasileiro que tem probabilidade de crescimento não apenas para a área gemológica, mas também para os demais setores de atividade.

Já estamos trabalhando na questão da prospecção de uma possível aciaria na ZPE e uma fábrica de leite em pó e de soro em pó; e estamos trabalhando para que seja também implantada uma empresa de celulose. Esses investimentos são feitos por quem conhece a ZPE. Parece que a nossa Prefeita está querendo usar a ZPE da mesma forma que usou a Universidade Federal, como mote de campanha, como instrumento de propaganda. Antes que isso aconteça, gostaríamos que dizer ao povo da nossa cidade e do Nordeste mineiro - onde estão os garimpeiros, as lavras, as catas, onde as pessoas trabalham para arrancar as gemas preciosas do subsolo - que a ZPE está aprovada depois de 20 anos de luta dura e que isso não pode ser creditado apenas a uma Prefeita que não conhece nem sequer a sua estrutura ou a sua legislação específica; que não sabe que esse instrumento tem sido trabalhado há 20 anos; e que, se for convocada para fazer uma palestra de 5 minutos a respeito da ZPE, é capaz de não conseguir falar por 2 minutos, a metade do tempo. Para que isso não aconteça, já estou aqui advertindo a população.

Em Teófilo Otôni, na eleição de 2004, tivemos dois factóides. O primeiro grande factóide foi: "Universidade federal pública e gratuita para todos, com 20 mil empregos". O fato é outro, esse foi o factóide: a versão do fato malfeita. Toda a preparação para levar a Teófilo Otôni o câmpus da Universidade de Diamantina foi feita por nós, com o apoio da Reitora Mireile, que esteve conosco na Prefeitura em 2003 e 2004 e com quem acertamos os detalhes. Claro que, no momento em que houve a transformação da Faculdade de Diamantina em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, esse estudo estava todo pronto e preparado.

Agora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, acabamos de entregar ao governo federal, por intermédio do Vice-Presidente José Alencar, que estava no exercício da Presidência em consequência da viagem do Presidente Lula, e a Fernando Haddad, Ministro da Educação, o relatório completo com o parecer favorável para a realização, a instalação e o funcionamento, em Teófilo Otôni, de curso de Medicina. V. Exa., que é médico e votado naquela região, sabe muito bem que, enquanto na Capital há 1 médico para quatrocentos e poucos habitantes, temos 1 médico para 1.700 habitantes na nossa região. Portanto, temos necessidade não apenas da faculdade de Montes Claros - que é paga -, mas também de uma faculdade pública federal. Esse instrumento já está posto a nossa disposição por meio da decisão do Conselho Universitário da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri que o aprovou. Encaminhamos o projeto e toda a documentação ao Ministério da Educação, com o beneplácito, expresso em despacho, do Presidente da República em exercício, José Alencar Gomes da Silva.

Estamos falando sobre essas questões para que, nas próximas campanhas eleitorais, isso não se transforme em um mote de campanha, um factóide para ser utilizado pela nossa administradora municipal. Não tenho nada contra a nossa Prefeita, que pode usar as armas que quiser. Todavia ela não nos pode iludir dizendo que foi ela quem conquistou a ZPE, ou seja, que só com ela a ZPE saiu, porque é uma luta que envolveu, lá atrás, o Deputado Federal Luiz Leal, o Presidente Sarney; posteriormente, o Presidente Itamar Franco e eu, que era Deputado; depois, o Edson Soares, que foi Deputado Federal e Prefeito de Teófilo Otôni. Obras realizadas na infra-estrutura da ZPE foram autorizadas pelo Governador Eduardo Azeredo, juntamente com o Prefeito Samir Sagih El Aouar - e obras que continuaram ao longo do governo seguinte, com o Dr. Edson Soares. As obras estão prontas. Agora não podemos aceitar que alguém tome posse ou faça, como é muito comum na política rasteira, a apropriação indébita de realizações de terceiros. O filho bonito tem sempre muitos pais. Dizia ao João Carlos, numa entrevista, que preferiria que o Luiz Leal fosse a mãe. É meio difícil ter duas mães, pois mãe é uma só.

Sr. Presidente, quanto a esse alerta em relação à ZPE e à Faculdade de Medicina da Universidade Federal, é porque estamos contando aqui a história - aliás, ela será contada nos próximos dias em Teófilo Otôni. Estamos agrupando em torno do PMDB vários partidos, ou seja, 10 partidos já se coligaram conosco para apresentar um candidato à Prefeitura de Teófilo Otôni, e mais 3 já acertaram nesta semana e realizarão suas convenções no final da semana. Queremos chegar a 15 partidos políticos para combinar com o número 15, do PMDB.

Neste momento, é importante prestar informações, nesta tribuna, à população de Teófilo Otôni e aos grandes ouvintes da TV Assembléia, a fim de nos precaver contra a mentira ou a meia verdade, que é pior que a mentira - aliás, ela só é pior que a mentira porque tem cara de verdade, ou seja, é meio verdade e meio mentira. Isso é muito perigoso no uso político da informação.

A nossa cidade é importante, é a última grande cidade na direção da Bahia, para quem sobe pela BR-116, e na direção da Bahia e do Espírito Santo, para quem anda pela BR-418. Quer dizer, é a única grande cidade de toda aquela vasta região do Nordeste mineiro. Ela precisa de um governo um pouco mais sólido, sério e competente. Sabemos que as pessoas avaliam de uma forma ou de outra este ou aquele governo. Temos certeza de que algumas obras foram realizadas. Todavia, no atual mandato, a nossa cidade deu uma marcha a ré enorme ao não aproveitar os recursos federais postos à disposição pelo nosso Presidente Lula. O Governador do Estado também pôs à disposição milhões e milhões, que não foram aproveitados. Sr. Presidente, o nosso questionamento, neste momento, é que já começaram a utilizar negativamente os recursos. Quando chegamos com a notícia de que a Faculdade de Medicina seria instalada em Teófilo Otôni, já começaram a criar o fuxico de que, para fazê-la, abrimos mão da faculdade de engenharia. Isso não é verdade. A faculdade de engenharia será implantada no momento correto, ou seja, no instante em que a Universidade Federal dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha apresentar o seu projeto para tanto. Já temos os cursos de Engenharia da Unipac e outros instrumentos de crescimento, mas queremos tê-los também nessa Universidade Federal. No entanto, Sr. Presidente, ressaltaremos aqui um aspecto. Hoje, Teófilo Otôni é um grande centro universitário, com mais de 7 mil estudantes em quatro instituições e com a Universidade Federal dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha. Iniciamos um trabalho para levá-la para Teófilo Otôni. Levamos pessoalmente essa questão ao Governador Aécio e à Secretária de Educação e instalamos em Teófilo Otôni três cursos da UFMG, que já estão funcionando. Esse trabalho foi bem realizado, bem elaborado. Queríamos apenas fazer essa advertência em relação aos recursos que estamos conseguindo. É muito ruim ter aqui o trabalho realizado e ... O Deputado Doutor Viana sabe muito bem da nossa luta ao longo de tanto tempo. Agora, disponibilizamos mais uma verba na Fapemig para que se faça um trabalho bonito na preparação e instrumentalização do setor tecnológico para a área de gemas, e daqui a pouco dirão também que outras pessoas conseguiram esse benefício.

Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer esse registro para agradecer ao Governador Aécio Neves por mais esse recurso e ao Presidente Lula pelas verbas vultosas que tem disponibilizado para a nossa cidade. Quero dizer a ele que, infelizmente, essas verbas não estão sendo aproveitadas, que as licitações estão sendo malversadas e foram questionadas pelo Tribunal de Contas do Estado, que não está permitindo que se faça a licitação, a concorrência irregular, da forma como estão propondo - a concorrência com cartas marcadas. Esses recursos estão sendo perdidos, mas temos certeza de que, lá na frente, o próximo Prefeito ou Prefeita de Teófilo Otôni saberá aproveitar melhor o dinheiro que o governo Lula está enviando para nós. O que não podemos perder, Sr. Presidente, é a esperança de que haja uma mudança. Teófilo Otôni está andando devagar, lentamente, a passos de lesma. É preciso encontrar uma forma. Os 10 partidos já encontraram e estão apoiando essa forma, e mais 5 partidos estão-se acertando para apoiar a mudança completa da forma de governar Teófilo Otôni. Muito obrigado, Sr. Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 23/6/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete da Deputada Ana Maria Resende

nomeando João Pedro Barbosa para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas;

nomeando José Carlos Caldeira da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Antônio Carlos Arantes

exonerando Carlos Alberto Bruzaferro Ferreira do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando José Carlos Caldeira da Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Torquato Carvalho Viglioni para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2008

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia de 7/7/2008, às 15 horas, pregão presencial, do tipo menor preço global por lote, tendo como finalidade a contratação de empresa para proceder a reforma de pintura das áreas de circulação, dos corredores, das caixas de escadas e dos corrimãos do Palácio da Inconfidência e do Edifício Tiradentes.

O edital encontra-se à disposição dos interessados no "site" www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 24 de junho de 2008.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO

Contratante (doadora): Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado (donatário): Asilo de Caridade Santa Casa de Bom Sucesso. Objeto: doação de bens inservíveis (2 microcomputadores - registros patrimoniais nºs 016059 e 016062). Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Corporação Municipal Lira Espírito Santo. Objeto: doação de bem inservível (registro patrimonial nº 016033). Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 24/6/2008, na pág. 89, col. 1, sob o título "Gabinete da Deputada Gláucia Brandão", onde se lê:

"Maria José Conceição", leia-se:

"Maria José da Conceição Brandão".